

Fiúza vai alterar relatórios do Orçamento

O relator geral da Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), deverá alterar alguns relatórios do orçamento da União para 1992. Fiúza está preocupado com a atuação de alguns relatores parciais que exageraram no direito de aprovar emendas beneficiando seus redutos eleitorais.

O relatório do deputado José Geraldo, aprovado quarta-feira à noite, continua provocando polêmica. O deputado mineiro destinou Cr\$ 3,6 bilhões para um subprograma do Ministério da Ação Social denominado "Coordenação de Ação Social". "Isso é uma verdadeira caixa-preta porque ninguém sabe para que serve", observou seu colega Benito Gama (PFL-BA). Embora estivesse ausente da maioria das votações na Comissão, Fiúza foi informado de tudo que aconteceu durante as negociações políticas. O relatório do deputado José Geraldo é o mais

visado pelo caráter assistencialista das obras do Ministério da Ação Social e de sua vinculação com os interesses eleitorais dos políticos.

Segundo o regimento interno da Comissão, o relator geral pode aceitar ou não as emendas aprovadas nos relatórios parciais. Parlamentares ligados a Fiúza acreditam que ele aproveitará o poder que tem para "colocar um pouco de ordem" na Comissão. Com exceção de um pequeno grupo que assumiu o poder dentro da comissão, a maioria dos seus 120 membros se queixa da falta de critérios para a aprovação de emendas e do favorecimento de algumas regiões em detrimentos de outras. Fiúza deverá apresentar o relatório geral do Orçamento da União para 1992 até o dia 12 para ser votado na comissão. Depois, seu parecer vai para o plenário do Congresso, onde deverá ser votado até o dia 15, véspera do início do recesso parlamentar.

JORNAL DA TARDE